



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 12 de maio de 2011

JORNAL DO COMMERCIO EDITORIAL.....	1
OPINIÃO	
JORNAL DO COMMERCIO Braga convoca Mercadante para audiência	2
POLITICA	
JORNAL DO COMMERCIO Grupo discute medidas compensatórias.....	3
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Indústria vende mais e produz menos	4
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO NOTIFICAÇÃO DE DÉBITOS	5
PUBLICAÇÕES LEGAIS	
JORNAL DO COMMERCIO Emprego formal avança 12,97% em 2010	6
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Débitos da Eletrobras e baixa demanda afetam Cigás	7
ECONOMIA	
A CRITICA Revisão desperta temor.....	8
ECONOMIA	
A CRITICA Holandeses estão prospectando	9
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO Contexto	10
OPINIÃO	
AMAZONAS EM TEMPO Mercadante vai rever Lei de Informática	11
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO Polo naval do Amazonas atrai interesse holandês	12
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO BMW.....	13
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO Estado contabiliza 575 mil novos empregos em 2010	14
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO Governo vai forçar BR a baixar preço em até 10%.....	15
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS Claro & Escuro.....	16
OPINIÃO	
DIÁRIO DO AMAZONAS Polo naval atrai capital holandês	17
AMAZONAS	
DIÁRIO DO AMAZONAS Salário médio no Am foi o que menos subiu.....	18
AMAZONAS	
DIÁRIO DO AMAZONAS Jucea registra saldo positivo.....	19
AMAZONAS	

EDITORIAL

Dívida do gás provoca gargalo na mudança energética na ZFM

No início do mês de abril o governador Omar Aziz afirmava, logo após a visita da presidenta Dilma Rousseff a Manaus, que havia tido uma conversa "muito boa" com a mandatária da nação a respeito da expansão dos incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus para toda a Região Metropolitana de Manaus. "A proposta é consolidada e temos o compromisso de levar a Zona Franca para a Região Metropolitana", disse.

Logo em seguida, o governador destacou um "porém" na questão: "Mas para isso é preciso resolver os problemas de energia na capital e no interior. Não dá para trazer investimentos sem que isso seja resolvido". Efetivamente, a energia, apesar do gás abundante vindo pelo gasoduto Coari-Manaus e da próxima futura chegada do Linhão de Tucuruí, continua a ser um gargalo para o nosso desenvolvimento.

Ontem mesmo, durante sessão de tempo na Assembleia Legislativa, o presidente da Cigás (Companhia de Gás do Amazonas), responsável pela distribuição e comercialização do gás natural, o advogado Lino Chixaro expôs mais um complicador desse gargalo. Trata-se da dívida da empresa Eletrobras Amazonas Energia, pelo consumo do gás em suas usinas, que chega ao montante de R\$ 150 milhões.

Sem haver a receita oriunda do seu maior consumidor, a Cigás

encontra-se impossibilitada de realizar os investimentos necessários para a continuidade do seu programa de distribuição de gás natural na cidade de Manaus e municípios do interior. Num desabafo, o presidente afirmou que os investimentos da companhia para 2012 são uma "incógnita" diante de um débito tão grande. Segundo ele, desde dezembro de 2010 a Eletrobras Amazonas Energia não efetua o pagamento do gás natural adquirido à Cigás, o que provoca, por tabela, um débito da companhia com a Petrobras, uma vez que, do montante, 2% cabem à concessionária, o restante é repassado para a estatal federal. Sem arrecadação, não há como prever investimentos na ligação de dutos no Distrito Industrial, potencial comprador.

Enquanto o imbróglio não é resolvido, o governo fica de mãos atadas em relação à implantação de infraestrutura e mudança da matriz energética para expansão da Zona Franca.

Braga convoca Mercadante para audiência

Senadores aprovaram audiência pública com ministro da Ciência e Tecnologia para explicar o que foi feito pelo setor no período 2007/2010

O ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, será convidado pela CCT (Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática) do Senado para fazer uma avaliação sobre as ações desenvolvidas no âmbito do Pacti (Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação) no período de 2007 a 2010. A realização da audiência pública foi aprovada em reunião desta quarta-feira.

Segundo o autor do requerimento para a realização do debate, senador Eduardo Braga (PMDB-AM), o plano tinha como principal objetivo definir um leque de iniciativas, ações

e programas para tornar mais decisivo o papel da ciência e da tecnologia no desenvolvimento sustentável do país.

Entre as ações previstas no plano, destacavam-se, segundo o parlamentar, elevação dos investimentos globais em pesquisa e desenvolvimento de 1,02%, em 2006, para 1,5% do PIB (Produto Interno Bruto); ampliação da participação empresarial de 0,5%, em 2006, para 0,65% do PIB, do total de investimentos em P&D (Pes-

quisa e Desenvolvimento); elevação do número de bolsas de mestrado e doutorado; e ainda implementação de 400 centros vocacionais tecnológicos e 600 novos telecentros.

"No momento em que se encerra o horizonte de execução do plano, entendemos oportuna a realização de uma audiência pública para a avaliação das atividades desenvolvidas no âmbito do Pacti", explica Eduardo Braga, em seu requerimento.

A relação entre atividades de

ciência, tecnologia e inovação e a promoção de desenvolvimento também será discutida em audiência pública na CCT. A proposta de realização do debate, aprovada nesta quarta, tem como objetivo questionar qual o modelo de desenvolvimento que se pretende adotar para o país - um que vise apenas o crescimento econômico ou um que contemple também outros componentes, como a justiça social e a sustentabilidade ambiental.

Grupo discute medidas compensatórias

Grupo discute medidas compensatórias

Prefeitos e secretários de meio ambiente de nove municípios do Amazonas formaram um grupo de trabalho para discutir e encaminhar propostas de medidas ambientais compensatórias para a construção do Linhão de Tucuruí. Em encontro com o vice-governador do Amazonas, José Melo, esta semana, representantes destes municípios, de órgãos públicos e da iniciativa privada discutiram a implantação do novo sistema de transmissão de energia. No encontro, foi discutido, ainda, o uso da nova estrutura para facilitar a oferta de internet. Durante a reunião, foram apresentados e discutidos os detalhes da implantação do Linhão de Tucuruí, cujas obras iniciaram há dois meses. O empreendimento, que integrará o Amazonas e o Amapá ao SIN

(Sistema Interligado Nacional), está inserido no PAC (Plano de Aceleração do Crescimento) do governo federal para substituir a matriz energética estadual, e tem previsão de conclusão para o segundo semestre de 2012.

Balanço da concessionária que está construindo o Linhão, a Manaus Transmissora de Energia S/A - composta pela Eletrobras Eletronorte, Eletrobras Chesf e a espanhola Abengoa -, aponta que, até o momento, foram gerados 2,2 mil empregos na implementação das linhas e subestações, sendo 1.035 somente no Amazonas. A estimativa da SDS (Secretaria de Estado do Meio Ambiente) é de que sejam criados, até o próximo ano, dez mil empregos diretos. "Além da geração de emprego e renda, nossa preo-

cupação é que a construção do Linhão siga a política sustentável mantida no Estado", afirmou a titular da SDS, Nádia Ferreira, ao analisar as características e o cronograma do projeto. As obras de engenharia já foram iniciadas nos municípios Rio Preto da Eva e Itacoatiara, restando Urucará, Silves, Itapiranga, São Sebastião do Uatumã, Nhamundá e Manaus, além de Parintins, cuja inclusão no traçado do empreendimento ainda está em discussão. Após discussões a respeito do impacto ambiental e retorno econômico para as cidades e comunidades por onde passará o traçado do Linhão, lideranças dos municípios amazonenses envolvidos decidiram pela criação de um grupo de trabalho. "Os prefeitos e secretários de meio am-

biente vão se unir, a partir deste mês, para encaminhar propostas de ações compensatórias ao Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente), que é a entidade ambiental licenciadora da obra", acrescentou Nádia Ferreira. Para o vice-governador José Melo, a oferta de energia do Linhão deverá garantir a expansão de investimentos de empresas instaladas no PIM (Polo Industrial de Manaus) e ampliar o desenvolvimento industrial do Estado. Segundo ele, a integração do Amazonas aos parques energéticos do restante do país também poderá representar a atração de novas indústrias. "O Amazonas é o Estado que mais cresce no Brasil. Com o Linhão teremos energia limpa e segura para poder sonhar com novos polos, como o gás-químico".

Indústria vende mais e produz menos

A indústria amazonense está ou esteve com estoque alto neste primeiro trimestre? Pelo menos essa é a pergunta que um leitor mais atento pode fazer ao verificar o confronto dos dados mais recentes do setor sobre faturamento -da Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus)- e produção -do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

De um lado, os Indicadores de Desempenho do PIM (Polo Industrial de Manaus), formulados pela autarquia federal, acenam com números positivos para as vendas da indústria incentivada situada na capital: faturamento de US\$ 3.4 bilhões, 14,46% a mais do que o obtido em fevereiro de 2011 (US\$ 3 bilhões) e incremento de 20,24% sobre os US\$ 2.9 bilhões do mesmo mês do ano passado. Coube novamente aos polos eletrônico e de duas rodas a primazia de resultados.

Excluída alguma 'poluição' nos números por conta da volatilidade da moeda americana nos últimos meses -fator que pode involuntariamente inflar resultados-, trata-se, sem dúvida, de um resultado positivo. Principalmente quando se leva em conta que a base de comparação de 2010 era de um

mercado extremamente aquecido, motivando inclusive a retomada do aumento da taxa de juros por parte do BC (Banco Central).

'Efeito calendário' e diferenças de metodologia

Se as vendas da manufatura regional fecharam em alta, o mesmo não se pode dizer da produção, que registrou o pior resultado do país, pelo menos segundo o levantamento do IBGE, realizado em 14 regiões brasileiras. Enquanto no Brasil o recuo foi de 2,1% em comparação a março do ano passado, no Amazonas a queda chegou a 14,6% na mesma comparação. De acordo com o órgão, essa foi a maior queda registrada pelo Estado desde abril de 2009 (-21,4%), quando a região ainda sofria sob o rescaldo da crise econômica global. Em relação à fevereiro, houve baixa de 8,9%, embora no trimestre o setor tenha acumulado saldo positivo de 3,7%. Conforme o levantamento, os segmentos de bebidas e de alimentos puxaram os números para baixo. A principal influência positiva, por outro lado, teria vindo da divisão de equipamentos médico-hospitalares, ópticos e outros.

Na análise do IBGE, assim como na interpretação das lideranças do PIM, a culpa foi do famigerado 'efeito calendário' -a diferença de dias úteis de um mês para o outro, em função principalmente do Carnaval atrasado de 2011- como um dos principais motivos para o tombo. A explicação serviria também, conforme as mesmas fontes, para a perda de ritmo de importações do Estado, cujo ranking costuma ser encabeçado por produtos de maior valor agregado, como os insumos industriais. As compras do Amazonas no estrangeiro encolheram 2,26% na passagem de março (US\$ 1.013 bilhão) para abril (US\$ 990.92 milhões), conforme o Mdic (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior).

Há também as diferenças de metodologia entre os dois órgãos federais e o fato de o IBGE, diferente da Suframa, não limitar seu estudo ao PIM, incluindo também outras atividades presentes no interior do Estado, a exemplo do segmento petrolífero de Uruçu, situado em Coari (a 368 km de Manaus, em linha reta).

Mais tecnologia e valor de mercado

A esse respeito, o assessor econômico da Fieam, Gilmar Freitas, acrescenta ainda uma explicação simples para a discrepância entre os números de produção e faturamento do setor: o PIM teria registrado crescimento nas linhas com produtos de maior tecnologia incorporada e, portanto, maior valor de mercado, a exemplo dos celulares, televisores LCD (display de cristal líquido) e motocicletas. Estes artigos, contudo, seriam minoritários em volume de produção no parque fabril da capital amazonense. Pelo menos quando comparados a itens que estão sendo submetidos a processo de substituição tecnológica, como os televisores convencionais.

O economista não soube precisar números em relação a estoques, mas salienta que os mesmos itens (celulares, televisores e motocicletas) estariam entre aqueles que contam com linhas de produção com terceiro turno estabelecido para atender à demanda aquecida. "Tudo indica que as restrições ao consumo promovidas pelo governo federal estariam afetando apenas alguns produtos, enquanto o mesmo não estaria ocorrendo nessas linhas", destacou Gilmar Freitas.

Esta coluna é publicada às terças e, excepcionalmente às quintas. É elaborada sob a coordenação do editor de Economia do *Jornal do Commercio*, Marco Dassori mdassori@jcam.com.br

NOTIFICAÇÃO DE DÉBITOS



Ministério do
Desenvolvimento, Indústria
e Comércio Exterior

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

O Procurador-Chefe, em substituição da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, notifica as empresas abaixo relacionadas do **Estado do Amazonas** a comparecerem a esta Autarquia no prazo de 10 dias a contar desta publicação, para efetuar o pagamento dos débitos de sua responsabilidade, originados da prestação de serviços públicos por parte da Autarquia.

Atendendo ao princípio da publicidade, reiteramos que as referidas empresas foram notificadas via postal, não havendo qualquer resposta das mesmas, faz-se necessária a publicação em edital.

O não pagamento do débito ou a não impugnação no prazo indicado, importará na inscrição em Dívida Ativa, de acordo com a Lei n. 10.522/02, art. 2º, § 4º, com posterior cobrança judicial do valor, com o acréscimo das custas processuais e dos encargos legais, na forma da Lei n. 6.830/80 c/c Lei n. 11.941/09.

O procedimento para a quitação de débito deverá ser efetuado perante a Procuradoria Federal junto à SUFRAMA, localizada na Avenida Ministro Mário Andreazza, 1424 - Distrito Industrial, Manaus/AM, de segunda à sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min horas, ou mediante contato (92) 3321-7009 ou nas Unidades Descentralizadas da SUFRAMA.

Caso estes débitos já se encontrem quitados, solicitamos o envio dos comprovantes de pagamento para o endereço acima ou via fax (92) 3321-7260.

EMPRESA	CNPJ	INSCRIÇÃO SUFRAMA
DELTA TECNOLOGIA EM USINAGEM LTDA - EPP	09.509.276/0001-74	500982015
CSM DISTRIBUIDORA LTDA	04.172.337/0001-37	105905011

EDUARDO BONATES LIMA
Procurador-Chefe, em substituição

Emprego formal avança 12,97% em 2010

O número de empregos formais no Estado alcançou 575,7 mil em dezembro de 2010, representando uma elevação de 12,97% em relação ao estoque de emprego de dezembro de 2009. Em números absolutos, o aumento corresponde ao acréscimo de 66,1 mil postos de trabalho, em relação ao mesmo mês do ano anterior. Os números constam na RAIS 2010 (Relação Anual de Informações Sociais) e foram fornecidos pela SRTE/AM (Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Estado do Amazonas).

Em termos relativos, o crescimento percentual do Estado na quantidade de novos postos de trabalho com carteira assinada só ficou atrás do Acre (+14,31%) e Maranhão (+13,22%). Em números absolutos, São Paulo (+794,5 mil empregos), Minas Gerais (+296,1 mil) e Rio de Janeiro (+228,8 mil) encabeçaram o ranking nacional.

Administração pública

O número total de empregos formais registrados pelo Brasil alcançou 44,1 milhões no mesmo período, representando um crescimento de 6,94% em relação ao estoque de emprego de dezembro de 2009. Esse desempenho equivaleu ao acréscimo de 2,9 milhões

de postos de trabalho formais em relação ao mesmo mês de 2009.

O resultado é atribuído principalmente aos setores de administração pública, com 33,9 mil (+21,60%) e serviços (15,3 mil e aumento de 11,32%). Em termos relativos, o melhor desempenho foi o da área extrativa mineral, com crescimento de 24,24% (+325 postos). O único segmento

Único setoreco-
nômico do Estado
a registrar retra-
ção em relação a
2009 foi a constru-
ção civil (-5,13%),
com o corte de
1.300 postos de
trabalho

econômico que apresentou resultado negativo foi a construção civil, com corte de 1.300 postos de trabalho e queda de 5,13%.

O rendimento real médio do trabalhador amazonense teve aumento de 0,71% na comparação dos dados do ano passado com os de 2009, como consequência das variações relativas nas remunerações médias percebidas pelos homens (+1,71%) e pelas mulheres (-0,22%).

Débitos da Eletrobras e baixa demanda afetam Cigás

Impasses

Em audiência na Assembleia, diretor-presidente da Cigás, Lino Chixaro, revelou que débito de mais de R\$ 150 milhões da Eletrobras possibilitaria investimentos no Estado, se fosse quitado

Por Joelma Muniz

Os investimentos da Cigás (Companhia de Gás do Amazonas) para 2012 são uma "incógnita". A afirmação foi feita pelo diretor-presidente da Companhia, Lino Chixaro, durante sessão de tempo realizada ontem, 11, pela Aleam (Assembleia Legislativa do Amazonas).

De acordo com Chixaro, a responsabilidade pela baixa receita da Cigás pertence a Eletrobras Amazonas Energia.

Segundo ele, a Companhia de Gás aguarda o recebimento de R\$ 150 milhões, referentes ao débito adquirido pela Eletrobras em dezembro de 2010.

Chixaro destacou que a baixa demanda pelo gás natural, comercializado pela Cigás, também afeta a receita da Companhia.

"Do total de 5,7 milhões de metros cúbicos de gás natural que deveriam ser comercializados por dia, apenas 1,3 milhão de metros cúbicos são adquiridos pelas termelétricas do Estado. Sem demanda, a receita da Cigás caiu 70%", ressaltando que nem todas as usinas termelétricas do Estado passaram pelo processo de conversão da matriz energética, o que causa

Chixaro afirmou que algumas termelétricas não foram convertidas na matriz energética

a não comercialização de todo o gás produzido.

"Desde dezembro, a Eletrobras não efetua o pagamento do gás natural adquirido à Cigás. Ao todo, o débito é de quase R\$ 150 milhões. Do montante, 2% cabem à concessionária, o restante é repassado para a Petrobras", detalhou

Chixaro, ao acrescentar que, sem arrecadação, não há como prever investimentos em obras de ligação de dutos no Distrito Industrial.

Para o diretor, a quitação do débito da Eletrobras daria possibilidade à Cigás de iniciar a interligação dos dutos da avenida Torquato Tapajós às empresas do PIM (Polo Industrial de Manaus) situadas no local. "Uma vez concluída essa obra, garantiríamos receita aos cofres da Cigás, já que

as indústrias serão os nossos maiores clientes.

A concessionária só terá receita compatível se vender gás para as indústrias", comentando que a realização da ação exigirá a superação de 'obstáculos', pois a obra "requer um alto investimento", emendou.

Intermediação

Por conta da 'pequena crise', o diretor-presidente da Cigás pediu aos deputados da Aleam que sejam interlocutores das proble-

máticas da Companhia junto à bancada federal do Amazonas em Brasília.

Em resposta ao pedido, o proponente da sessão, deputado Marcos Rotta (PMDB), sinalizou apoio à Cigás.

"Teremos de rever a situação da Cigás e solicitar o apoio da bancada amazonense para que intermedeie, junto ao Ministério de Minas e Energia, a quitação do débito de R\$ 150 milhões, além da prioridade na conversão das termelétricas no Estado", disse.

létricas no Estado", disse.

Nova sessão

Na próxima terça-feira, 17, será realizada uma outra sessão para a continuidade das discussões sobre os problemas enfrentados pela Cigás.

Eletrobras

A Eletrobras foi procurada pela reportagem do *Jornal do Comercio*, mas, até o fechamento da edição, a diretoria não respondeu ao contato.

Revisão desperta temor

Se novos incentivos forem criados, abrangendo novos produtos, serão investimentos a menos no PIM

REUTERS E REDAÇÃO - O Governo Federal está analisando uma revisão da Lei de Informática, visando fomentar investimentos na fabricação de novos produtos, disse ontem o ministro de Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante. O ministro ressaltou que a lei precisa deixar de ser apenas um mecanismo de compensação aos outros Estados pela existência da Zona Franca de Manaus.

Para o economista José Laredo, da Controle Consultoria, o impacto que essa reforma terá no Polo Industrial de Manaus vai depender de como a vantagem tributária comparativa (VTC) do setor de informática será afetada. VTC é o índice usado pelo consultor para estabelecer a vantagem tributária dos setores do PIM em relação a outros Estados.

A vantagem do setor de informática é o mais baixo da Zona Franca, entre 19% e 29%, enquanto a média do PIM é de 57%. "Não é à toa que, das 595

Incentivos

A Lei de Informática foi instituída em 2003 e criou uma série de incentivos fiscais válidos para todo o País, visando alavancar a produção de bens de informática como telefones celulares, computadores e periféricos.

empresas de bens de informática existentes no Brasil, apenas 5% estejam no PIM", avalia José Laredo.

O economista pondera que, se a reforma da lei reduzir ainda mais a VTC do setor, as perspectivas não serão boas. "Vale ressaltar que foi o advento da lei de informática que afugentou os fabricantes de celulares do PIM, além de reduzir drasticamente a produção de monitores. "Mas, se a medida aumentar a VTC, poderemos ter boas perspectivas", disse o consultor.

O ministro Mercadante informou que o Governo está finalizando um amplo estudo sobre o assunto. "É uma revisão abrangente da Lei de Informática", disse Mercadante, após participar do lançamento da Câmara de Políticas de Gestão, Desenvolvimento e Competitividade, no Palácio do Planalto.

Segundo o ministro, a legislação atual acaba funcionando mais como um mecanismo para buscar isonomia entre o polo industrial de Manaus (que tem benefícios fiscais) e o restante do País do que como um instrumento de fomento a novos investimentos. "Nós queremos mais ousadia nessa área", acrescentou.

"Do nosso ponto de vista, ela (Lei de Informática) é insuficiente para os desafios que o País tem nessa área. Por exemplo, nós não temos nenhum incentivo na área de software", afirmou o ministro, dando a entender que novos incentivos devem ser criados.

Em busca de programa de certificação

Encerrou ontem o primeiro ciclo de reuniões realizada com a participação de representantes da Suframa, Fucapi e Inmetro, tendo em vista a sistematização de um programa de avaliação de conformidade para produtos manufaturados do Selo Amazônico, projeto idealizado pela Suframa e desenvolvido pela Fucapi, com o objetivo de fornecer certificação a produtos que utilizem insumos regionais em seu processo de fabricação. O representante do Inmetro, Paulo Coscarelli, fez uma apresentação institucional, abordando as áreas de competência do instituto. Para a superintendente da autarquia, Flávia Grosso, a parceria com o Inmetro é de suma importância e que a certificação dará maior visibilidade aos produtos regionais. O diretor de Produtos Tecnológicos da Fucapi, Evandro Vieirals, ressaltou o forte impacto do projeto para a região.

Holandeses estão prospectando

Eles estão de olho nos negócios do polo naval

De olho nos negócios que podem ser abertos com o polo naval do Amazonas, investidores e representantes do governo holandês fazem prospecção em Manaus. Na manhã desta quarta-feira, o vice-governador do Estado do Amazonas, José Melo, recebeu, na sede do Governo, na Compensa, o embaixador do Reino dos Países Baixos, Kees Rade e o adido para Assuntos Econômicos e Comerciais da Embaixada Holandesa, Jorgen Leeuwestein.

Participaram da reunião o secretário estadual de Planejamento, Marcelo Lima, e o presidente da Agência de Desenvolvimento Sustentável (ADS), Valdelino Cavalcante. O assunto principal foi o projeto de desenvolvimento do polo naval do Amazonas, que está sendo con-

duzido pelo Governo Estadual e a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

URBANIZAR

O Estado vai urbanizar uma área cedida pela Suframa e concentrar toda a atividade desse setor no local, que já vem sendo chamado de Distrito Industrial 3, com área em processo de definição na Região Metropolitana de Manaus (RMM).

Hoje, um grupo de seis empresários holandeses vai conhecer empresas do setor naval e se reunir com a superintendente da Suframa, Flávia Grosso. "A expectativa é de que num futuro próximo possamos fechar novas parcerias comerciais e também desenvolver o intercâmbio para a troca de tecnologias", disse o embaixador Kees Rade.

Contexto

Prefeitos: comarcas dominam discussão

Na 14ª Marcha em Defesa dos Municípios, em Brasília, os prefeitos do Amazonas trocaram a histórica reivindicação de verbas por mais um apelo contra o fechamento das comarcas no interior do Estado.



Durante reunião com a bancada de senadores e deputados amazonenses, realizada ontem, um grupo de doze prefeitos centralizaram as reivindicações no tema. A subcoordenadora da bancada, Rebecca Garcia (PP), disse que o assunto será colocado na pauta do grupo, mas em Brasília, eles pouco podiam fazer. Silas Câmara (PSC) lembrou que o pleito terá mais efeito na Assembleia Legislativa do Amazonas (Aleam).



A situação dos portos e aeroportos e a reivindicação por uma cadeira no Conselho da Suframa foram assuntos secundários.



Mercadante vai rever Lei de Informática

O ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, afirmou ontem que o governo está fazendo uma ampla revisão da Lei de Informática. Segundo ele, a ideia é torná-la mais abrangente para atrair investimentos, especialmente na produção de software. Hoje, a lei trata da redução de tributos como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para a fabricação de hardware.

"Do nosso ponto de vista, a lei é insuficiente para os desafios que existem hoje nessa área. Por exemplo, não temos nenhum incentivo na área de software, sendo que esse é um setor que gera muito valor agregado, competição e exportação de serviços. Hoje, a lei é muito mais um fator de busca de isonomia entre o Polo Industrial de Manaus (PIM) e o resto do país do que de fomento", disse o ministro, ao acrescentar que se quer mais ousadia nessa área.

Mercadante destacou que o Brasil está se tornando

um mercado cada vez mais atraente para o setor de tecnologia. Para o ministro, os sinais disso são o fato de o país ser hoje o terceiro mercado mundial de venda de computadores - foram 13,5 milhões no ano passado e serão 17 milhões em 2011 - e o lançamento do programa nacional de banda larga nas escolas, que possuem 69 milhões de alunos.

"Além disso, temos a Copa e a Olimpíada, que podem dar uma grande alavancagem nesse mercado de tecnologia. A indústria toda está de olho nisso", disse ele.

O ministro afirmou ainda que o governo vai desenhar uma Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) específica para novos produtos que atraiam investimentos para o Brasil, como os tablets. Segundo ele, estão avançadas as conversas com a empresa taiwanesa Foxconn para a instalação de uma fábrica para a montagem e produção de iPads e iPhones no Brasil.

Produção de iPad a partir do mês de julho

O ministro afirmou que a Foxconn, empresa responsável pela fabricação de iPads, informou à presidente Dilma Rousseff que pretende antecipar de novembro para julho a instalação de uma linha de montagem do tablet no Brasil. O compromisso foi feito em carta do taiwanês Terry Gou, controlador da empresa.

"Eles querem dar a partida da fábrica no final de julho. Eles mandaram uma carta na segunda-feira passada dizendo que estão

trabalhando para buscar antecipar de novembro para final de julho a produção do iPad no Brasil. É basicamente montagem e alguns componentes. Para produzir desde o semicondutor até o display se precisa de investimentos muito mais pesados, que estamos negociando", completou Mercadante. De acordo com o ministro, até 2013 a ideia é que todos os componentes do iPad e do iPhone sejam fabricados no Brasil e até 2016 seja possível fabricar telas de 60 polegadas.

Polo naval do Amazonas atrai interesse holandês

Empresários e representantes políticos do país europeu visitam o Amazonas para sondar situação do setor, propor alternativas e analisar a possibilidade de novos investimentos

Em pleno desenvolvimento, o polo naval do Amazonas tem despertado a atenção de investidores internacionais. Um exemplo é o grupo formado por empresários, pelo embaixador do Reino dos Países Baixos, Kees Rade, e pelo adido para Assuntos Econômicos e Comerciais da Embaixada Holandesa, Jorgen Leeuwestein, que se reuniu com o vice-governador do Amazonas, José Melo, na manhã de ontem.

Eles discutiram o projeto de desenvolvimento do polo naval do Estado, em condução pelo governo do Amazonas e pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). Está prevista a urbanização de uma área cedida pela superintendência, o chamado Distrito Industrial 3, onde toda a atividade do setor será concentrada.

No fim da manhã de hoje, representando a empresa Holland Marine, um grupo de seis empresários holandeses vai conhecer empresas do setor naval e se reunir com a superintendente da Suframa, Flávia Grosso. "A expectativa é de que num futuro próximo possamos fechar novas parcerias comerciais e também desenvolver o intercâmbio para a troca de tecnologias", disse o embaixador Kees Rade.

Parceria internacional é antiga

Para José Melo, além de tradição na indústria naval, a Holanda se configura como um dos maiores parceiros comerciais do Amazonas – em 2010, o país foi o terceiro em participação de investimentos líquidos estrangeiros do parque fabril. Na ocasião, foram investidos aproximadamente US\$ 415,3 milhões, o que corresponde a 6,21% do total de investimentos internacional. Doze empresas holandesas estão instaladas no PIM, entre elas gigantes como a Philips da Amazônia, Procter & Gamble do Brasil, Kodak e Jabil.

BMW

Comércio de motocicleta 'made in AM' tem início

Começou ontem a comercialização oficial da F800R, segundo modelo montado pela BMW Motorrad Brasil sob regime CKD (Complete Knock Down), em Manaus. O processo foi adotado no final de 2009, para a produção da G650GS, primeira moto da marca a ser concebida em território nacional. A grande aceitação da primeira – que, somente no primeiro trimestre de 2010, atingiu a marca de 300 mil unidades – permitiu que a montadora aprovasse a produção de mais um modelo. A F800R chegou às concessionárias este mês por R\$ 36,9 mil.

Estado contabiliza 575 mil novos empregos em 2010

Aumento de 12,97% em comparação a 2009 é atribuído aos setores de administração pública e de serviços

ALYNE ARAÚJO

Equipe do EM TEMPO

alynearaujo@emtempo.com.br

O ano de 2010 teve resultado positivo no número de empregos formais gerados no Amazonas. No total, foram 575,7 mil contratações até dezembro, número que representa elevação de 12,97% em comparação ao mesmo período do ano anterior. O aumento corresponde ao acréscimo de 66,1 mil postos de trabalho em relação ao mês mesmo mês de 2009.

O saldo favorável é atribuído ao desempenho dos setores de administração pública – responsável por 33,9 mil contratações e crescimento de 21,60% – e de serviços – com 15,3 mil efetivações e incremento de 11,32%. Outro segmento com performance positiva foi o de extração mineral, com aumento de 24,24% e crescimento de 325 postos.

De acordo com o vice-presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Amazonas (Fecomércio/AM), Aderson Frota, as contratações no setor de serviços têm potencial para evolução. "O turismo local tem ganhado cada vez mais destaque, assim como valorização, então

a tendência é que a abertura de vagas seja ainda maior daqui para frente", avaliou.

Segundo Frota, a instalação de novas agências de viagens e o crescimento do ramo hoteleiro também provocam aumento na contratação. "As demandas por mão de obra estão maiores e a gama de atividades também registra pleno desenvolvimento, já que o número de profissionais qualificados também cresce", observou.

Baixa na construção civil

Apesar do desempenho geral favorável, o segmento de construção civil registrou queda de 5,13% nas contratações. O que, segundo o vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do Amazonas (Sintracomec/AM), Cícero Custódio, não corresponde à realidade do setor.

Para ele, a maioria das empresas do setor não assina a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS). "Ou seja, a maioria dos profissionais dessa área, atualmente, está em situação irregular e sem possibilidade de registro", afirmou.

Custódio, porém, ressaltou que o alto fluxo de contratação de funcionários foi alto em 2010 e se mantém forte com o interesse das empresas.

Rendimento real cresceu 0,71%

O rendimento real médio do trabalhador amazonense em 2010 obteve incremento de 0,71% em comparação a 2009. O desempenho é resultado das variações relativas às remunerações médias perce-

bidas pelos homens – com um crescimento de 1,71% – e pelas mulheres – com uma retração de 0,22%.

Dados nacionais

No Brasil, o número de geração de empregos ba-

teu recorde com a marca de 2,8 milhões de contratações em 2010.

A criação de empregos corresponde ao crescimento de 6,9% em relação ao estoque de dezembro do ano retrasado.

Governo vai força BR a baixar preço em até 10%

A medida, que deverá vigorar a partir da próxima semana, pode acelerar o movimento de queda nos preços do combustível, já projetado pelo mercado

O governo Dilma vai usar a BR Distribuidora na tentativa de reduzir os preços dos combustíveis entre 7% e 10% para os consumidores já na próxima semana. A medida do governo visa, na prática, acelerar o mo-

vimento de queda dos preços já esperado pelo mercado, mas que, na avaliação de técnicos, não está ocorrendo no ritmo desejável e pode não ser na intensidade calculada para combater a inflação.

A orientação do governo é

que a subsidiária da Petrobras, dona de quase 50% do mercado de combustíveis no país, reduza seus preços nas vendas aos postos a partir desta semana. Sozinha, a gasolina respondeu por quase um terço da alta de 0,77% da inflação medida em abril pelo IPCA, índice que baliza as metas perseguidas pelo Banco Central. Com o resultado, o IPCA acumulado em 12 meses chegou a 6,51%, ultrapassando o teto da meta oficial - 4,5% ao ano mais tolerância de dois pontos percentuais.

A gasolina sofreu o impacto da disparada dos preços do etanol, utilizado em sua composição. O segundo, com peso pequeno no cálculo da inflação, teve altas acima dos 10% em março e em abril, o que levou a primeira a subir 6,26% no mês passado.

Mesmo caminho

Segundo um assessor de Dilma, os estudos do governo indicam que a BR pode reduzir seus preços por conta do fim da entressafra da cana, que elevou o valor do etanol, e de uma tendência de retração no preço do petróleo no

mercado internacional.

O governo espera que a queda nos preços da subsidiária da Petrobras, que tem cerca de 7 mil postos no país, force as demais distribuidoras a adotar o mesmo caminho, levando os postos de gasolina a repassar essa redução aos consumidores.

Os postos não são obrigados a reduzir o preço ao consumidor, mas o governo conta com o fator "pressão" da BR Distribuidora, já que ela é dona da chamada bandeira do combustível comercializado por esses revendedores.

Independentemente da medida do governo, especialistas já esperam a queda dos preços da gasolina neste mês e no próximo. A LCA Consultores projeta quedas de 1% e 5%, respectivamente, devido à maior oferta de etanol.

Se confirmadas, essas quedas contribuiriam para a desaceleração da inflação. O ministério já havia determinado que a Petrobras elevasse sua participação na produção de etanol, para funcionar como regulador do mercado e evitar escassez de produto, principalmente no período de entressafra da cana.

Claro & Escuro

Puraquequara é local indicado para instalação do Polo Naval do Estado

Está praticamente fechado o local para o projeto do governo do Estado, em parceria com a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), de implantação do Polo Naval do Amazonas. A área escolhida é na região do Puraquequara, zona leste de Manaus, e foi cedida pela Suframa. O Distrito Industrial 3, como está sendo chamado, abrigaria também novas indústrias de outros setores. A informação sobre o local foi divulgada ontem, em reunião de representantes do governo com o embaixador do Reino dos Países Baixos, Kees Pieter Rade. De acordo com o embaixador, a Holanda está interessada em novos negócios no Amazonas e o polo naval é um dos setores de maior interesse para os holandeses.

Polo naval atrai capital holandês

De olho nos negócios que podem ser abertos com o polo naval do Amazonas, investidores e representantes do governo holandês fazem prospecção em Manaus. Na manhã de ontem, o vice-governador

do Amazonas, José Melo, recebeu, na sede do Governo, o embaixador do Reino dos Países Baixos, Kees Rade, e o adido para Assuntos Econômicos da Embaixada Holandesa, Jorgen Leeuwestein.

Salário médio no Am foi o que menos subiu

Beatriz Gomes

Da Redação

Manaus, Amazonas

O salário médio do trabalhador do Amazonas teve ligeiro aumento de 0,7% em 2010, em relação ao salário de 2009, mas o resultado ficou abaixo do aumento médio nacional, de 2,5%. O resultado significou a menor elevação registrada entre os demais Estados.

Na prática, não houve recuperação do poder de compra do trabalhador no ano passado porque em 2009, segundo o Ministério do Trabalho, a perda foi de 2,4%.

De acordo com a Relação Anual de Informações Sociais (Rais), o salário médio das mulheres do Estado caiu 0,2% em 2010, enquanto que o dos homens teve um aumento de 1,7%. No Brasil, os homens tiveram aumento médio de 2,62% e as mulheres, de 2,5% nos contracheques.

Segundo os dados da Rais, o saldo de empregos formais no Amazonas alcançou 575,7 mil postos em dezembro de 2010, uma elevação de 12,9% em relação ao estoque de empregos de dezembro de 2009, o que corresponde a 66,1 mil empregos a mais no ano passado. O Amazonas apresentou o terceiro melhor desempenho relativo, atrás do Acre (14,3%) e do Maranhão (13,2%).

Os setores de administração pública (33,9 mil) e serviços (15,3 mil) apresentaram o melhor desempenho absoluto e a construção civil foi o único segmento com resultado negativo (-1,3 mil). Em termos relativos, o melhor desempenho foi da Extrativa Mineral, que cresceu 24,24% com a abertura de 325 postos no ano passado. A administração pública teve crescimento de 21,6% e serviços, um aumento de 11,32% nas vagas de em-

prego. A indústria de transformação foi responsável pela abertura de 11.235 vagas, um aumento de 10,47% em 2010, em relação a 2009, e o comércio abriu 6.101 novos postos de trabalho, 8,18% acima do que foi verificado em 2009.

Rendimento

A remuneração média do trabalhador do Amazonas passou de R\$ 1.711,94, em 2009, para R\$ 1.699,91 em 2010. Os salários das mulheres no ano passado foi em média R\$ 1.512,15 contra R\$ 1.515,44, em 2009. O salário médio dos homens passou de R\$ 1.827,43, em 2009, para R\$ 1.858,67 em 2010.

O rendimento real (acima da inflação) médio do trabalhador amazonense teve aumento de 0,7% em 2010, em relação a 2009, como consequência da variação relativa negativa da remuneração média das mu-

lheres (-0,2%), já os homens tiveram ganho real de 1,71%.

No País, o rendimento real médio do trabalhador brasileiro apresentou elevação de 2,5% em relação ao ano anterior. Os homens tiveram aumento de 2,6% e as mulheres 2,5%.

O salário médio do trabalhador brasileiro foi de R\$ 1.742 em 2010. As mulheres receberam, em média, R\$ 1.553,44 em 2010 e R\$ 1.514,99 no ano anterior, já os homens passaram de R\$ 1.828,71 em 2009 para R\$ 1.876,58 na média mensal no ano passado.

A maior variação, segundo os dados da Rais, ocorreu na Paraíba (8,41%) e a menor foi no Amazonas (0,7%). Em 2009, as variações oscilaram de -2,4% no Amazonas a 12,48% em Roraima.

Fale com o editor
redacao@diarioam.com.br

Jucea registra saldo positivo

Rafael Nobre

Da Redação

Manaus, Amazonas

A Junta Comercial do Estado do Amazonas (Jucea) registrou a abertura de 2.138 empresas e a extinção de outras 426 firmas, entre janeiro e abril deste ano, resultado em um saldo de 1.712 empresas, informou, ontem, o assessor técnico chefe do órgão, Caio Fernandes.

O saldo positivo de 1.712 empresas é 18,40% superior ao saldo verificado no mesmo período do ano passado, de 1.446 empresas. De janeiro a abril de 2010, 1,8 mil empresas foram constituídas enquanto que 354 formalizaram o encerramento de atividades.

Na avaliação do presidente do Conselho Regional de Economia do Amazonas (Corecon/AM), Erivaldo Lopes, a alta no saldo de empresas criadas não significa necessariamente crescimento da economia local. "Com a atual facilidade para contratação de crédito para capital de giro para micro e pequenas empresas, alguns empresários antes informais agora buscam a legalização do negócio. Isso deve ter impulsionado

esse crescimento", disse.

Lopes afirmou ainda que mesmo na informalidade essas empresas já movimentavam a economia no seu ramo de atividade. A diferença é que agora o poder público passará a arrecadar com a circulação das mercadorias ou prestação dos serviços. "É claro que uma parcela dessas empresas são realmente novas empresas, mas em geral, o que se tem observado no País, é a busca pela legalização da atividade comercial".

Formalidade

Entre as vantagens de gerir uma empresa com registro legal está a possibilidade de comprar veículos utilitários com valor 30% menor que o da tabela dos fabricantes e também em garantir um financiamento bancário.

O presidente do Corecon aconselha que os futuros empresários iniciem sua atividade econômica de maneira legal, a partir do registro na Jucea. "É muito comum as pessoas pensarem que começar informal e depois se legalizar é o mais indicado, porém é exatamente o contrário. Uma empresa que nasce formalizada tem mais chances de se estabelecer", explica.